

Aviso de abertura para procedimento concursal comum de recrutamento, para o preenchimento de um (1) posto de trabalho da carreira e categoria de Assistente Técnico, conforme caracterização no mapa de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, para a Delegação do Sotavento, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, correspondente à Oferta de Emprego OE202210/0030.

Aos vinte e três dias do novembro de dois mil e vinte e dois, o Júri designado por despacho do Senhor Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, retomou os trabalhos relativos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, da carreira e categoria de Assistente Técnico, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a trabalhadores detentores de prévio vínculo de emprego público por tempo indeterminado, com constituição de reserva de recrutamento.

Estiveram presentes nas deliberações que se seguem, os seguintes membros do Júri:

Presidente: João Miguel Pacheco da Cruz Santana, Chefe de Divisão da Delegação do Sotavento

1.ª Vogal Efetiva: Sílvia Margarida Rodrigues Esteves, Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Assessoria Jurídica e Auditoria Interna

2ª Vogal Efetiva: Paula Alexandra Rodrigues Eusébio, Técnica Superior da Divisão de Recursos Humanos, Assessoria Jurídica e Auditoria Interna

O Presidente do júri deu início à reunião, propondo a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

- I. **Apreciação dos requerimentos apresentados pelos candidatos no âmbito da audiência prévia;**
- II. **Decisão final sobre os candidatos admitidos e excluídos;**
- III. **Decisão sobre o método de seleção obrigatório a aplicar;**
- IV. **Elaboração da prova de conhecimentos;**
- V. **Marcação da data da prova de conhecimento;**
- VI. **Notificação dos candidatos.**

I. Apreciação dos requerimentos apresentados pelos candidatos no âmbito da audiência prévia

Notificados os candidatos para o exercício do direito de audiência prévia, nos termos do previsto n.º 1 do artigo 22.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na redação da Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, em conjugação com os artigos 121.º e seguintes do Código Procedimento Administrativo, veio a candidata **Maria Manuela da Silva Ruivinho** pronunciar-se sobre a intenção do júri de a excluir do procedimento concursal, incluída na Ata n.º 2, alegando que *“haviam sido enviadas todas as declarações exigidas no Aviso publicitado na BEP, à única exceção da declaração comprovativa de detenção de vínculo de emprego público que, apesar de ter sido pedida em tempo oportuno, ainda não tinha sido enviada pelo serviço competente”*, tendo logrado provar, em sede de audiência, que havia efetivamente pedido tal declaração junto do respetivo Serviço, durante o prazo de submissão de candidaturas ao presente procedimento concursal. Neste âmbito, tendo vindo a entregar as declarações a que

se referem as alíneas d), e) e g) do ponto doze do Detalhe da Oferta de Emprego n.º OE202210/0030, nomeadamente, “Declaração atualizada, emitida e autenticada pelo serviço de origem”, “Declaração de conteúdo funcional atualizada” e, ainda, tendo entregue “Declaração em como autoriza o uso do endereço eletrónico para efeitos dos artigos 63.º e 112.º do Código de Procedimento Administrativo”, deliberou o júri a sua admissão ao procedimento concursal.

II. Decisão final sobre os candidatos admitidos e excluídos

Terminado o prazo para o exercício da participação dos interessados, e não tendo sido apresentadas alegações pelos restantes candidatos, o júri deliberou, por unanimidade, por força dos fundamentos mencionados na tabela incluída no Anexo I à presente ata, que dela faz parte integrante, excluir os seguintes candidatos:

- a. **Artur Vicente dos Santos Nascimento;**
- b. **Edite Alexandra Matos;**
- c. **António Francisco Palma Candeias.**

Mais deliberou o júri admitir ao presente procedimento concursal os candidatos a seguir identificados:

- a. **Márcia Cláudia Santos Gomes;**
- b. **Maria Manuela da Silva Ruivinho.**

III. Decisão sobre o método de seleção obrigatório a aplicar

Considerando que a candidata Márcia Cláudia Santos Gomes desempenha, à data, funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso, deliberou o júri aplicar o método de seleção “avaliação curricular”, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, tendo ainda deliberado, notificar a candidata de que, nos termos do disposto no n.º 3 do mesmo artigo 36.º, pode declarar por escrito que afasta esse método de seleção, sendo-lhe aplicável, nesse caso, a “prova escrita de conhecimentos”.

Relativamente à candidata Maria Manuela da Silva Ruivinho, tendo o júri verificado que a mesma não desempenha, à data, funções em tudo idênticas às do posto de trabalho em referência deliberou o júri, para efeitos do consagrado na alínea a) do n.º 1 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aplicar à candidata o método de seleção “prova de conhecimentos”.

Sucessivamente, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 7.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, às candidatas aprovadas no primeiro método de seleção será aplicado o método de seleção “entrevista profissional de seleção”.

IV. Elaboração da prova de conhecimento

Foi elaborada a prova de conhecimentos e a respetiva grelha de correção.

V. Marcação da data da prova de conhecimento

O júri deliberou marcar a prova de conhecimentos para o dia 15 de dezembro de 2022, pelas 10h30, na sede da DRAP Algarve, no Patacão.

I. Notificação dos candidatos

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), conjugado com o n.º 1 do artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2021, de 30 de abril, com a redação dada pela Portaria nº 12- A/2021, de 11 de janeiro, deliberou o júri promover a notificação de todos os candidatos, através de correio eletrónico, com recibo de entrega da notificação, informando da disponibilização da presente ata na página eletrónica da DRAP Algarve.

Todas as deliberações desta reunião foram tomadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.

O Presidente

Assinado por: **JOÃO MIGUEL PACHECO DA CRUZ SANTANA**
Data: 2022.11.24 12:12:22+00'00'



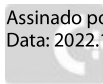
João Santana

1.º Vogal

Sílvia Estevens

2.º Vogal

Assinado por: **Paula Alexandra Rodrigues Eusébio**
Data: 2022.11.23 23:29:52+00'00'



Paula Eusébio

Anexo I

	Prazo de Candidaturas	Detentor do 12.º Ano de Escolaridade ou superior	Apresentou Formulário	a) CV assinado	B) Certificado de Habilitações Literárias	g) Declaração de autorização de e-mail	Vínculo emprego publico	
							d) Declaração do organismo com elementos elencados no aviso	e) Declaração de conteúdo funcional
1	António Francisco Palma Candéias	S	S	S	S	N ^(a)	N ^(b)	N ^(d)
2	Artur Vicente dos Santos Nascimento	S	S	S	S	S	N ^(c)	N ^(c)
3	Edite Alexandra Matos	S	S	S	S	N ^(a)	N ^(c)	N ^(c)
4	Márcia Cláudia Santos Gomes	S	S	S	S	S	S	S
5	Maria Manuela Da Silva Ruivinho	S	S	S	S	N ^(a)	N ^(b)	N ^(d)

- (a) Não entregou a "Declaração em como autoriza o uso do endereço eletrónico para efeitos dos artigos 63.º e 112.º do CPA".
- (b) Não entregou "As avaliações de desempenho com referência aos valores quantitativos e qualitativos, obtidas nos últimos 2 períodos de avaliação, ou, sendo o caso, a indicação da não avaliação em um ou mais períodos bem como o motivo da não avaliação".
- (c) Não é titular de contrato de trabalho em funções públicas.
- (d) Não entregou a "Declaração de conteúdo funcional emitida pelo serviço a que o candidato se encontra afeto, devidamente autenticada e atualizada, da qual conste a atividade que se encontra a exercer, em conformidade com o mapa de pessoal aprovado".